

A parceria como estratégia para ampliação do setor privado na educação

Resultado de investigação finalizada

GT 13- Reforma do estado, governabilidade e democracia.

Ana Maria Stabelini
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Resumo

A parceria entre escolas públicas e organizações não governamentais para a implementação de projetos é recorrente em escolas públicas brasileiras, que buscam auxílio para a resolução dos problemas enfrentados. Neste artigo analisamos a concepção de parceria presente no Programa Gestão Nota de 10 do Instituto Ayrton Senna. Nos documentos oficiais do Instituto, materiais de divulgação e de desenvolvimento do programa, afirma-se que esta parceria deve se realizar de forma que haja envolvimento de todos. Entretanto, não há espaço para discussão dos textos que serão utilizados no curso oferecido e no modelo de gestão que será adotado. As negociações que envolvem a parceria ocorrem de forma diferente nos municípios estudados e não obedecem a um padrão único de conduta.

Palavras-chave: Parceria público-privado, Instituto Ayrton Senna, Gestão educacional.

1. Introdução

O Programa Gestão nota 10 (PGN10) é elaborado pelo Instituto Ayrton Senna (IAS) e implementado por meio de parcerias com as escolas públicas brasileiras. A concepção de parceria presente nos documentos oficiais do programa foi analisada objetivando conceitualizar o termo parceria nestas fontes visando compreender o papel deste programa na política educacional que vem sendo implementada em âmbito nacional e no estado de São Paulo, principalmente a partir da década de 1990. Este trabalho é resultado da pesquisa de mestrado intitulada “A gestão entra em cena: um estudo do Programa Gestão nota 10 do Instituto Ayrton Senna¹”

O Instituto Ayrton Senna, presidido por Viviane Senna, foi fundado em novembro de 1994 pela família do piloto². Apresenta como fundamento para suas ações junto à educação pública os ideais de Ayrton Senna, que teria almejado realizar ações concretas contra a desigualdade social. Segundo os estudos realizados, nos documentos do instituto, as ações propostas apresentam uma concepção de que superação das desigualdades sociais poderia ser alcançada com a união dos organismos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil para desenvolver políticas públicas que favoreçam a criança e o adolescente. Destacamos que Ayrton Senna ainda é considerado um herói nacional. A preservação da memória e dos feitos do piloto apresenta um grande aspecto simbólico.

¹ Pesquisa de mestrado defendida em 2013 junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE. Linha de pesquisa Educação, Cultura e Subjetividade. Coordenadora da pesquisa: Prof.^a Dr.^a Sandra Aparecida Riscal/ Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico – CNPQ.

² O piloto brasileiro de Fórmula 1 Ayrton Senna (1960-1994) durante as décadas de 1980 e 1990 conquistou 3 títulos mundiais tornando-se um ídolo nacional. Disponível em: http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/quem_somos/ayrton_senna.asp

Seus valores servem de inspiração para as ações do IAS e são propagadas pelos programas desenvolvidos pelo instituto.

Seus valores, fortemente cultivados durante sua vida, são, até hoje, as motivações do trabalho da equipe do Instituto Ayrton Senna e inspiram crianças e jovens dos programas educacionais: Motivação, Dedicção, Determinação, Superação, Perfeição, sonho[...] (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2012)

Os programas do IAS são financiados por recursos adquiridos, principalmente, por meio de alianças com empresas. A arrecadação é obtida também dos *royalties* de licenciamento das marcas Ayrton Senna e Senninha³ e de doações de pessoas físicas. As empresas, que são consideradas aliadas do IAS, investem em seus programas voltados para escola pública⁴. Este tipo de financiamento por meio de doações de empresas tem como característica o favorecimento das empresas quanto aos impostos pagos ao governo⁵, trata-se, portanto, de utilização de recursos públicos.

Os programas do IAS estão presentes nos 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal e têm como desígnio criar, implementar, avaliar e sistematizar tecnologias sociais que visam solucionar os problemas da rede escolar pública. São ao todo 10 programas: *Se Liga, Acelera Brasil, Circuito Campeão, Gestão Nota 10, Fórmula da Vitória, SuperAção Jovem, Educação pela Arte, Educação pelo Esporte, Escola Conectada e Comunidade Conectada*. As parcerias firmadas pelo Instituto Ayrton Senna são efetuadas com Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

Todos os projetos do IAS têm como base o conceito de Educação para o Desenvolvimento Humano a partir do relatório da UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura): “Educação – Um tesouro a descobrir” de autoria e organização de Jacques Delors.

O livro “*Educação para o desenvolvimento humano*” publicado pelo IAS possibilita o acesso a uma sistematização do trabalho desenvolvido ao longo de sua história. Segundo seus autores o Instituto adota em seus programas a concepção de educação nos *Quatro Pilares da Educação*, transformando-os em quatro competências para o desenvolvimento de potenciais, praticadas no dia-a-dia dos programas e projetos desenvolvidos. São elas: o *aprender a ser* (a capacidade de ser você mesmo e construir o seu projeto de vida), o *aprender a conviver* (com as diferenças e com o meio em que vive, cultivando novas formas de participação social), o *aprender a fazer* (atuando produtivamente para ingressar e permanecer no novo mundo do trabalho) e o *aprender a conhecer* (apropriando-se dos próprios instrumentos de conhecimento e colocando-os a serviço do bem comum).

³ Senninha, personagem de história em quadrinhos em homenagem a Ayrton Senna, foi criado por Rogério Martins e Ridaut Dias Jr. Os valores do personagem são inspirados nos valores de Ayrton Senna como, por exemplo, a vontade de vencer, a determinação e o orgulho de ser brasileiro. Disponível em: www.senninha.globo.com.

⁴ Algumas das empresas aliadas são: Nestlé, Nívea, Editora Mol, Instituto Coca-Cola Brasil, Suzano papel e celulose, LIDE (Grupo de líderes empresariais), Droga Raia, Instituto Unibanco, Intel, Microsoft, Dell, HP (Hewlett-Packard), IBM (*Internacional Business Machines Corporation* – Indústrias, Maquinas e Serviços – LTDA) e etc. Disponível em: www.senna.globo.com.

⁵ De acordo com a Associação Brasileira de ONGs (ABONG) a doação dedutível de impostos é uma das possibilidades de captação financeira adotadas pelas ONGs para financiar seus projetos. (www.abong.org.br).

Sylvio Gadelha (2009)⁶ afirma esta abordagem, que enfatiza desenvolvimento de competências, tem sido comum, principalmente a partir das duas últimas décadas, na área da educação e perpassa todos os seus níveis. Para ele, neste ponto, a cultura do empreendedorismo e a teoria do capital humano⁷ não se desvinculam.

Marise Nogueira Ramos (2006), a tratar da sociologia do currículo, afirma que esta vertente de estudo tem mostrado que a seleção e organização do currículo estão ligadas diretamente a como o poder é distribuído em uma sociedade e, neste sentido, na decisão sobre a matriz curricular alguns grupos podem fazer prevalecer seus interesses e orientações.

O programa Gestão nota 10, criado em 2002, é um projeto de gestão próprio do Instituto Ayrton Senna, e que tem como objetivo implementar as concepções de gestão, estabelecidas por este programa, nas escolas da rede municipal de educação básica do país. Mantém parcerias em 556 municípios em 19 Estados e, em 2010, formou 35.145 educadores⁸.

Nas diretrizes nota-se que a solução proposta para os problemas enfrentados pela rede escolar tem como objetivo elevar a qualidade da aprendizagem de forma equitativa, tendo em vista a eficiência dos processos educacionais nas redes públicas de ensino. Esta eficácia seria alcançada por meio da adoção dos princípios de gerenciamento nas quatro esferas da educação formal: aprendizagem, ensino, rotina escolar e política educacional. Também objetiva fortalecer a competência técnica das lideranças e das equipes de trabalho criando uma interação ativa e cooperativa nas escolas e entre as escolas e as secretarias de educação.

No programa, considera-se que é por meio da gestão educacional que se podem identificar os problemas com que a educação pública se depara. Os profissionais da educação devem trabalhar constante e ciclicamente em quatro práticas, são elas: o diagnóstico, o planejamento, a execução e a avaliação. De acordo com as informações disponibilizadas pelo instituto no site da *Rede Vencer*, em 2010 cinco municípios do estado de São Paulo firmaram parceria com o programa *Gestão Nota 10*, são eles: Guariba, Porto Ferreira, Ribeirão Pires, São Roque e São Vicente.

O programa Gestão Nota 10 funciona por meio de duas etapas: a análise de indicadores de sucesso⁹ que são obtidos a partir da inserção de dados na plataforma de gestão SIASI-GP/SIASI-GR e o curso de capacitação para os diretores da rede municipal denominado FOCO IAS Diretor. Após a inserção dos dados, são estabelecidas metas a serem cumpridas pelas escolas e secretarias de educação, considerando a realidade dos resultados obtidos no ano anterior. Esta ação, como dito anteriormente, é acompanhada pelo curso de capacitação.

⁶ Sylvio Gadelha em seu livro *Biopolítica, governamentalidade e educação* estabelece, a partir da leitura de Michel Foucault, algumas conexões possíveis entre biopolítica e educação apontando alguns caminhos para as pesquisas sobre o tema.

⁷ Sobre a cultura do empreendedorismo e capital humano, Sylvio Gadelha (2009), a partir das análises de Oswaldo Lopez Ruiz que é autor do livro: *“Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais”*, afirma que a teoria do capital humano tem como uma de suas principais obras o livro *“Capital Humano: investimento em educação e pesquisa”* de Theodore Shultz, economista da Escola de Chicago. Esta teoria enfatiza que há parte do capital humano que é configurado na criança e que esta pode ser uma chave para o desenvolvimento de uma teoria econômica da população.

⁹ Descrição dos indicadores no Quadro II - página 30.

2. A parceria público-privado na educação

As parecerias com setores privados e organizações sociais têm sido um dos mais comuns caminhos adotados pelos dirigentes da educação municipais para atender às exigências impostas pela legislação, uma vez que alegam não possuírem pessoal qualificado nem estrutura para a sua implementação

Segundo Teresa Roserley Neubauer da Silva, secretária da educação no período de implementação da reforma que levou ao processo de municipalização em São Paulo, a reforma seguiu os princípios da Reforma do Estado, como vinha sendo defendida por Bresser-Pereira, titular na época do Ministério da Reforma do Estado – MARE, a educação pertenceria ao setor de serviços e como tal devendo ser entregue a parceiros e setores privados, uma vez que não seria atividade exclusiva do Estado.

As Diretrizes do Plano do Governo Covas enfatizam o papel do Estado como articulador e formulador de políticas, particularmente no setor social, preconizando a desconcentração e a descentralização. A estratégia implica a redistribuição das responsabilidades entre o Estado e os agentes sociais e a delegação, onde couber, da prestação de serviços ao público. (NEUBAUER, 1996, p.71)

A educação é considerada como serviço o que possibilita que o Estado transfira sua incumbência a outro agente. Este argumento é acrescentado à baixa eficiência do Estado e aos altos custos estrutura de ensino, o que justifica sua alienação a outros agentes. Neubauer considera que um dos grandes problemas de rede estadual de ensino paulista era a necessidade de modernização dos mecanismos de gerenciamento da educação, com vistas a aumentar a produtividade, a eficiência e a eficácia dos serviços prestados.

A então secretária de educação do estado de São Paulo esclarece que o Estado precisava potencializar seu papel de planejador e coordenador de políticas públicas, através do estabelecimento de diretrizes sobre conteúdos curriculares básicos, uso racional dos recursos, avaliação dos resultados de ensino, transferência de recursos e garantia de equidade, para compensar as desigualdades entre os municípios.

O processo de colaboração se realiza, para Neubauer, por meio do que denomina parceria negociada, através da discussão com os administradores municipais para implementação das propostas de mudança. Um dos aspectos cruciais da reforma proposta são as mudanças nos padrões de gestão (NEUBAUER, 1996).

Neste sentido, uma das principais estratégias da reforma gerencial da educação paulista foi à introdução de parcerias com organizações sociais para a realização de objetivos que se considerava que o poder público não teria a capacidade de alcançar sozinho (ADRIÃO, et. al., 2005). As organizações da sociedade civil passaram, assim, a serem considerados parceiros estratégicos para se atingir os objetivos de reorganização das estruturas administrativas.

2.1. A concepção de parceria do Instituto Ayrton Senna

Nos documentos oficiais do IAS a parceria entre governo, empresas e organizações da sociedade civil é apontada como caminho para a superação da má qualidade das escolas públicas brasileiras. Esta melhoria passaria pela mudança da gestão escolar.

Nos textos utilizados nos cursos de capacitação dos diretores (FOCO IAS Diretor) a concepção de parceria aparece generalizada. Não é mencionada nenhuma especificidade das parcerias com os estados e municípios. A concepção de parceria é apresentada como um auxílio prestado a educação brasileira que enfrenta diversos problemas e por este motivo precisa dos mais diversos tipos de ajuda-precisa de todos.

Os problemas da educação são, portanto, a justificativa para a atuação do IAS por meio de parcerias. Neste sentido nota-se que nos documentos oficiais do IAS e materiais de divulgação e de desenvolvimento do programa que esta parceria deve se realizar de forma que haja envolvimento de todos. Entretanto, parece não haver espaço para discussão acerca dos textos que serão utilizados bem como o modelo de gestão que será adotado. O próprio programa e os princípios que o norteia não aparecem como objeto de discussão, da mesma forma que a metodologia adotada. A parceria se daria, portanto, por meio da adoção de um “pacote de medidas” proposto pelo PGN10.

O IAS não aborda questão da política de parceria em seus textos de capacitação. Sobre as políticas educacionais há referência ao PNE (Plano Nacional de Educação) que construído para vigorar entre 2011 e 2020 citando o histórico do PNE, as conferências Estaduais e municipais preparatória para a Conferência Nacional de Educação (CONAE). Destacam os seis eixos organizados na CONAE:

- I. “Papel do estado na garantia do direito à educação de qualidade: organização e regulação da educação nacional;
- II. Qualidade da educação, gestão democrática e avaliação;
- III. Democratização do acesso, permanência e sucesso escolar;
- IV. Formação e valorização dos/das profissionais da educação;
- V. Financiamento da educação e controle social;
- VI. Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade.(MEC, 2010 p.8)

De acordo com o material do PGN10 uma proposta poderia ser pensada como forma de alavancar, de fato, a educação no país: chegar aos 10% do PIB (Produto Interno Bruto). Entretanto, após chegar a certo patamar de qualidade deve-se diminuir o nível de investimento para garantir a manutenção da qualidade. Isto por que eles consideram que aumentar recursos sem aumentar a eficiência da gestão educacional é “jogar dinheiro fora”. E, por este motivo, o planejamento é importante (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2011).

Assim, mesmo que no documento há reconhecimento da importância do PNE e dos processos participatórios nas políticas educacionais, entretanto, não deixam de ressaltar e justificar o posicionamento e as ações do Instituto:

Além do exercício de cidadania, a participação ativa nos debates acerca do Plano Nacional de Educação é um momento especial de preparação da construção ou reconstrução dos Planos Estaduais e Municipais. Portanto, o

momento é oportuno, e urgente, para refletirmos sobre tais questões, reforçando a importância do planejamento eficiente e eficaz em seus diversos níveis, no espaço federativo (União, Estados, Municípios) e no local, onde efetivamente ocorre o processo educacional: a escola. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2011, P. 6).

2.2. As parcerias do IAS com os municípios de São Roque e Guariba para implementação do Programa Gestão Nota 10

A partir de entrevistas¹⁰ foi possível compreender como esta parceria foi realizada nos municípios São Roque e Guariba no interior do estado de São Paulo. Procurou-se estabelecer, nas entrevistas os motivos que teriam levado os gestores da educação municipal a aderir ao programa. Esclarecemos também alguns aspectos da parceria que não são apresentados de forma explícita nos documentos oficiais do Programa.

Em ambos os municípios a iniciativa de firmar parceria com o PGN10 do IAS partiu dos dirigentes municipais que procuraram o IAS como uma alternativa para o enfrentamento de um problema comum a muitos municípios- a necessidade de correção de fluxo. Além disso, os municípios viram no programa a possibilidade de melhorar a formação dos diretores de escola.

De acordo com a entrevistada no município de São Roque¹¹, a parceria firmada com o IAS ocorreu no ano de 2008 e a motivação inicial visava solucionar o problema de distorção idade-série. Optou-se inicialmente pela adesão ao PGN10 e ao circuito campeão por se tratarem de programas preventivos.

[...]Lá no instituto foi Inês que nos recebeu e ela nos mostrou todos os programas que eles tinham. Realmente eles têm um programa voltado para a correção de fluxo que nós aderimos posteriormente, mas o que nós achamos mais interessante é o que o gestão nota 10 e o circuito campeão previnem a distorção idade-série, então, nós achamos importante aderir a esses programas primeiro, nós começamos na metade do ano em 2008 e no ano seguinte nós implantamos a correção de fluxo então o motivador foi buscar uma solução para a distorção idade série. (CATARINA, 2012)

Após o primeiro contato com o IAS o município optou por programas voltados para a prevenção. No segundo semestre de 2009, foram adotados também os programas Acelera Brasil e Se Liga que são voltados especificamente para a correção de fluxo escolar.

¹⁰ Para alcançarmos os objetivos da pesquisa realizada de 2011 a 2013 realizamos também um estudo dos fundamentos do programa Gestão Nota 10 e suas estratégias de ação propostas na parceria com dois sistemas municipais de ensino das cidades de Guariba e São Roque, no estado de São Paulo. Foram realizadas duas entrevistas, uma em cada município, com os responsáveis pela implementação do programa na rede escolar municipal.

¹¹ No município de São Roque a entrevista foi concedida por duas funcionárias da Secretaria Municipal de Educação (SME). Utilizamos os nome fictícios Catarina quando nos referirmos a declarações desta entrevistada com a finalidade de preservar suas identidades. Para este artigo utilizamos a entrevista de uma delas, por se aproximar mais da temática abordada.

Já no município de Guariba¹² o motivo pelo qual o IAS foi procurado diz respeito à qualificação dos diretores das escolas do município. De acordo com Amália os diretores nos municípios ocupam cargos comissionados, portanto, há constante mudança de gestores nos cargos de direção das escolas:

[...] O diretor os diretores das escolas aqui em Guariba que são assim nomeadas e você sabe conforme as administrações geralmente troca não permanece o prefeito... São professores da rede, mas professores que acabam trocando na gestão, então, nós achamos melhor escolher o gestor nota 10 para começar para que nós pudéssemos assim fazer uma capacitação com estes diretores, formar líderes de equipe pra que a gente pudesse atacar mais nessa qualidade da educação. (AMÁLIA, 2012)

A partir da entrevista com a responsável pelo acompanhamento do programa no município de Guariba, foi possível notar alguns aspectos da parceria firmada entre o IAS e o município acerca de algumas relações políticas entre a administração municipal e o proprietário da fazenda Santa Isabel (plantio de cana-de-açúcar e soja) Roberto Rodrigues, amigo de Viviane Senna:

Essa iniciativa de firmar a parceria entre o instituto Ayrton Senna surgiu do município. Essa gestão municipal atual, conversando com o Dr. Roberto Rodrigues daqui da fazenda Santa Isabel que foi uma pessoa bem influente. Ele foi, já no governo Lula, ministro da agricultura e falando de todo o desenvolvimento de Guariba e chegando na educação, através dele houve o incentivo para o município estar fazendo uma parceria com o IAS e diante desta ajuda dele, dessa interferência dele, então, o município chegou até o Ayrton Senna, o instituto, e lá eles [o IAS] apresentaram os programas que atuavam na educação [...] (AMÁLIA, 2012)

Nota-se, neste caso, que as relações política do prefeito como proprietário de uma das fazendas canavieiras do município tiveram influência na parceria do IAS com o município. Esta influência política também ficou explícita na entrevista realizada no município de São Roque, quando as entrevistadas foram indagadas a respeito de possíveis custos para o município para a implantação do PGN10.

A gente sabe que nosso prefeito conversou com patrocinadores pra estarem destinando verbas para o instituto, mas a prefeitura não tem nenhum custo, até o momento, não. A única coisa que a gente adquire é livros de literatura. (CATARINA, 2012)¹³

¹² No município de Guariba a entrevista foi concedida por uma das responsáveis pelo acompanhamento do Programa Gestão Nota no município. Utilizamos o nome fictício Amália para nos reportarmos às declarações da entrevistada com a finalidade de preservar sua identidade.

¹³ Os livros de literatura são adquiridos a partir das sugestões do Programa Circuito Campeão do IAS. De acordo com as entrevistadas do Município de São Roque existe uma caixa de leitura que a SME recebe quando adere ao Programa Circuito Campeão. O IAS faz também uma análise dos livros que deverão compor esta caixa e a SME faz suas indicações também para compor a lista de livros.

Neste sentido, no município de São Roque não há encargos financeiros diretos pagos pelo município por firmar parceria com o PGN10. Os custos com livros de literatura refere-se a outro programa o Circuito Campeão¹⁴. Já no município de Guariba a SME arca com o custo da implementação da plataforma de gestão o SIASI-GP

Quanto ao custo o [programa] gestão nota 10 não tem nenhum custo para o município. O custo para a município é o programa na internet, então, existe um contrato [com a empresa] AUGE. O SIASE GP sistema Ayrton Senna de informação, então, parece que ela é de Goiás e, então, essa firma aqui [com a qual] nós temos um custo, um contrato com ela e anualmente é feito um contrato e esse contrato [é] para manter esse programa durante o ano. Então, é feito essa [esse contrato com custo], agora quanto ao instituto não. Nós nem pagamos a formadora, que fica no hotel, que no começo eu reservava o hotel e achava que a gente tinha que pagar. Mas não, o instituto paga tudo, alimentação tudo, a estadia. E ela [Secretária Municipal] que paga, então, só a firma na internet. (AMÁLIA, 2012)

Verificamos, portanto, que as parcerias realizadas entre os municípios estudados e o IAS assumem algumas características diferentes. Ambos os municípios procurarem o IAS com a intenção de obter auxílio quanto a problemas na educação e suas parcerias envolverem relações de interesse político, seja pelo motivo de facilitar a ponte entre o IAS e o município ou o pedido do prefeito por investimentos no IAS. Entretanto, as parcerias se concretizam de forma distinta. Em uma dos casos há investimento direto por parte da prefeitura para a implementação do PGN10 o que não ocorre no caso do outro município. Isto permite concluir que as negociações que envolvem a parceria ocorrem de forma diferente nos municípios e não obedecem a um padrão único de conduta mesmo que se constituam como a mesma política: parceria público-privado.

A busca dos dirigentes municipais por parceiros para resolução dos problemas encontrados na educação está relacionada ao despreparo dos municípios ao assumirem parte do ensino fundamental após o processo de municipalização incentivado pela reforma do ensino no estado de São Paulo. Segundo Oliveira:

Esta indução à municipalização não considera a questão dos recursos humanos em condições de gerir, com sucesso, um sistema de ensino. Poderão construir prédios ou assenhorar-se de próprios estaduais, poderão alocar professores, diretores, funcionários e poderão equipar os estabelecimentos de ensino. Porém, entendemos que gerir a educação municipal seja mais que isto. Quantos dos municípios paulistas têm recursos humanos para tal? É provável que parte deles venha a cair nas mãos de escritórios de assessoria, nas mãos de editoras, nas mãos de sistemas de comunicação, enfim nas mãos de empresas particulares. (OLIVEIRA, 1998. pag. 14)

¹⁴ Sobre o programa Circuito Campeão – página 19

De acordo com Arelaro, as iniciativas de municipalização em todo o Brasil tiveram como objetivo adaptar o Estado aos novos modelos de racionalidade adotados pela administração pública, portanto, visava o enxugamento do aparato estatal e não a maior participação da sociedade civil por meio de uma democratização das escolas, como muitas vezes afirmou-se (ARELARO, 1999).

Com relação à política de avaliação e indicadores Arelaro (2007) afirma que, desde 1995, a cada dois anos são realizados os exames nacionais de educação no Brasil para cada nível de ensino. Nota-se que a divulgação, atualmente incessante, da mídia dos resultados desse exame geram um ‘ranqueamento’. A autora identifica que é evidente o objetivo deste processo neste processo mesmo que oculto: a competitividade.

Como garantir que cada escola, e todas elas – porque isso é democrático! - atinjam um alto *score* nas provas e sejam consideradas “vencedoras”? Contando, certamente, com a colaboração de quem “sabe” fazer isso, de quem vem fazendo desse jeito e tem tido sucesso: as escolas privadas, seu centros ou institutos de assessoria e as organizações não governamentais que as representam. E este “modo de fazer” de conseguir ser sempre competente e de premiar os vencedores, já esta entre nós e, em particular, nos sistemas públicos de ensino.” (ARELARO, 2007, P. 913)

Este ‘ranqueamento’ das escolas faz com que se procure resolver o problema encontrado o quanto antes e da forma que for possível para que não sejam mais vistas como ‘a pior escola do município’ forçando que elas busquem alternativas para melhorar sua nota, desta forma, de acordo com Aleraro (2007) as escolas firmam contratos que oferecem metas para melhoria de desempenho geralmente oferecidos por instituições que nada conhecem de seus municípios. É o que pudemos notar no caso das parcerias estabelecidas entre o município de São Roque e Guariba e o Instituto Ayrton Senna.

3. Público e Privado

Um de seus aspectos centrais deste artigo é a concepção de público e privado e a relação de parceria entre eles. Neste sentido, abordaremos esta questão tomando como base os escritos de Hannah Arendt acerca dos diferentes discursos e significados que estes termos tem assumido em diferentes organizações políticas. Não pretendemos abordar todas as nuances e transformações. Destacamos apenas alguns aspectos que consideramos importante para a discussão aqui proposta.

Em “*A condição humana*” o eixo principal de discussão é a localização da ação política na existência humana¹⁵. São abordados e diferenciados os conceitos utilizados desde a antiguidade grega

¹⁵ Hannah Arendt utiliza o termo grego *Vida Activa* para designar três atividades humanas fundamentais, isto é, atividades que correspondem às condições básicas para a vida do homem. Estas atividades são por ela descritas como: o labor, o trabalho e a ação. O labor tem como condição humana a própria vida, ou seja, trata-se do processo biológico do corpo humano relacionados às necessidades vitais. O trabalho produz o artificial e tem como condição humana a mundanidade. A ação constitui-se como a atividade humana que ocorre entre os homens sem a necessidade de mediação da matéria e tem como condição a pluralidade, ou seja, o fato de haver mais de um homem habitando a terra, mas não se limita apenas a designar a quantidade, a pluralidade também significa que nenhum ser humano é igual.

até a modernidade para demonstrar e explicar a modificação de sentido que ocorreu principalmente na concepção de público e privado e a moderna ascensão da vida privada e declínio da esfera pública.

Arendt (2007), afirma que na antiguidade grega as atividades de labor e trabalho estavam voltadas exclusivamente para a esfera privada, enquanto a ação era própria da esfera pública, que é concebida como local em que se pode ser visto e ouvido por todos e o que é comum a todos, ou seja, só é tolerado o que é digno de ser ouvido, portanto o que é irrelevante torna-se assunto da esfera privada. Diferente da atual concepção de público e privado, em que há uma dificuldade de distinção pela diluição dos dois termos. O que é privado se opõe não ao público, mas sim ao social. A moderna concepção de privado, que tem suas raízes no último período da civilização romana, designa um círculo e a proteção de uma intimidade. Também não designa um caráter de privação como era concebido na antiguidade grega.

Entre os diversos fatores que Arendt apresenta como fundamentais para as modificações nas concepções de público e privado está o cristianismo. O antigo caráter público da esfera pública, que estava relacionado à preservação e a transcendência se diluem com a afirmação de que o mundo não durará. Neste sentido, a atual ênfase na esfera privada é característica da despreocupação com a imortalidade. Ocorre deste modo, a absorção da família por grupos sociais correspondentes. Portanto, esta sociedade que exclui a possibilidade de ação espera certo tipo de comportamento de seus membros que a partir de regras tendem a normalizá-los. A opinião moderna sobre a esfera pública admite que a admiração pública e a recompensa monetária tenham a mesma natureza que esta vinculada à recompensa financeira. Neste sentido, há uma satisfação que é comum a todos: a monetária (ARENDR, 2007).

A concepção de privado, presente no discurso contemporâneo refere-se ao que se denomina de sociedade civil. Já em Hegel a sociedade civil era apresentada como o corpo dos indivíduos, com interesses privados em contraposição a concepção de Estado como realização dos fins públicos. Neste sentido, a elevação da sociedade civil a condição de parceria com o Estado constitui uma resignificação da concepção de público e estatal, que passa a ter sua conotação relacionada aos interesses individualizantes do setor social privado. Isso pode ser constatado nos documentos do IAS, da forma como se evita o tratamento da gestão como coisa pública privilegiando aspectos que podem ser identificados com os interesses dos agentes privados.

Referências

ABONG, site oficial da Associação Brasileira de ONGs: www.abong.org.br. Acesso em 23/09/2012.

ADRIÃO, T. e PERONI, V. **Público e privado na educação: novos elementos para o debate**. SP: Xamã, 2005.

_____. GARCIA, T; BORGHI, R; ARELARO, L. **Estratégias para oferta da educação básica: análise de parcerias publico-privado no Estado de São Paulo**. Relatório final do projeto de pesquisa FAPESP, 2007. Disponível em <http://www.redefinanciamento.ufpr.br/tere.pdf>.

ANDRÉ, S. e GOMES DA COSTA, A. C. **Educação para o Desenvolvimento Humano**. S. P: Ed. Saraiva/ Instituto Ayrton Senna, 2008.

ARELARO, L. **A municipalização do ensino no Estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências.** In: OLIVEIRA, C. (Org.). *Municipalização do Ensino no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.61-89.

ARELARO, L. **Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privado: impasse democrático ou mistificação política.** In: *Educação & Sociedade*: Campinas, vol. 38, n 100 – Especial, 2007, p. 899-919.

_____. **O ensino Fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências.** in *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1039-1066, Especial - Out. 2005.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

BRASIL. Lei Nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001 . Aprova o Plano Nacional de Educação (2001-2010) – PNE e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura (CEC). Projeto de Lei Nº 8.035 de 2010 **Mais dez: o legislativo e a sociedade construindo juntos o novo Plano Nacional de Educação: uma nova educação para um novo Brasil; propostas para o PNE, 2011-2020.** Brasília, DF. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5826/projeto_pne_2011_2020.pdf?sequence=1

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** Tradução de José Carlos Eufrásio. 6 ed. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez. 2001.

GADELHA, S. Biopolítica, Governamentalidade e Educação: Introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GRESPLAN, J. **Hannah Arendt e a banalidade do mal.** In: ALMEIDA, J. BADER, W.(orgs). **Pensamento alemão no século XX:** grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil, vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Educação para Todos: uma história contemporânea.** Material do curso de capacitação - FOCO IAS Diretor, 2011.

_____. **Nossa escola é limitante ou limitada.** Material do curso de capacitação - FOCO IAS Diretor, 2011.

_____. **O que o Plano Nacional de Educação tem a ver com a Unidade Escolar?.** Material do curso de capacitação - FOCO IAS Diretor, 2011.

_____. **A gestão da educação precisa de todos.** Material do curso de capacitação - FOCO IAS Diretor, 2011.

_____. **Desenvolvimento e aprendizagem na rotina escolar.** Material do curso de capacitação - FOCO IAS Diretor, 2011.

_____. **Gestão da política educacional a partir da escola.** Material do curso de capacitação - FOCO IAS Diretor, 2011.

_____. **Educação e desenvolvimento humano no século 21.** Material do curso de capacitação - FOCO IAS Diretor, 2011.

_____. Site oficial do Instituto Ayrton Senna. http://senna.globo.com/institutoayrton_senna/programas/programas_gestaonota10.asp, acesso 05 de março de 2012.

_____. **Revista Educação em Cena**, disponível em: http://senna.globo.com/institutoayrton_senna/quem_somos/publicacoes/educacao_em_cena/EducacaoEmCena. Acesso em 10 de março 2012.

_____. **Programa Gestão nota 10** disponível em <http://www.redevencer.org.br/>. Acesso em: 15 de março de 2011

MEC, Secretaria Executiva. [CONAE 2010]. **Documento-Final**. Brasília, 2010.

NEUBAUER, R.S. **Plano de metas da atual gestão da Secretaria de Estado da Educação e análise do perfil da Secretaria**. São Paulo: Estudos em Avaliação Educacional, no. 13, p. 7-12, jan./jun. 1996.

OLIVEIRA, Claiton. A emenda constitucional 14/96 e os municípios paulistas: algumas implicações. In: *Educação on line*, 2008. Disponível em: <http://www.acaõeducativa.org.br/portal/images/geral/9aemendaconstitucional14.pdf> Acesso em: 18/04/2010.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Brasília; tradução Álvaro de Vita – 3ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RAMOS, M.N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3 Ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

RIGHETTI, Sabine. **Precisamos da eficiência do setor privado nas escolas, diz Viviane Senna.** Folha de São Paulo. São Paulo, 2 de julho de 2011.

RISCAL, S.A. **Política Educacional, Justiça Distributiva E Equidade:** Considerações sobre as políticas compensatórias para a educação. Revista HISTEDBR, dez; 2011.

_____. **Gerenciamento de resultados e as novas formas de relações de poder,** 2012, no prelo.

_____; GANDINI, R.P.C. **A política educacional de avaliação de resultados: Problemas concretos e soluções aparentes.** Simpósio Anpae – Vitória, 2009. disponível em http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/282.pdf.

_____; GANDINI, R.P.C. **Notas sobre o conceito de participação política e sua articulação com a concepção de gestão democrática.** Revista Eletrônica de Educação, v.4, n.2, Nov. 2010.

STABELINI, A. M. *A gestão entra em cena: um estudo do Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna.* São Carlos : UFSCar, 2013.

UNESCO. **Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil:** educação para todos em 2015, alcançaremos a meta? Brasília: UNESCO, 2008.

VEIGA-NETO, A. **Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades.** Colóquio Foucault, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1999. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/cursos/nt/ta5.13.htm>.

VEIGA-NETO, A. **É preciso ir aos porões.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 267 – 282, ago. 2012.